



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenadoria-Geral de Fiscalização

ANEXO VI

FORMULÁRIO F – ÁREA: PREVIDÊNCIA SOCIAL

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto	
Q01. Déficit Atuarial	IV01. Déficit Atuarial	18794	O RPPS possui segregação de massas?	<ul style="list-style-type: none">• O RPPS deve ter implementado a segregação de massas, conforme disposto na legislação previdenciária.• A segregação de massas deve estar formalizada em ato normativo interno (ex: regimento interno, manual de normas) que defina claramente a separação das funções de concessão, manutenção e pagamento de benefícios, bem como as funções de gestão de investimentos e contábeis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q01. Déficit Atuarial	IV01. Déficit Atuarial	18795	De acordo com o cálculo atuarial relativo ao exercício de 2024, o RPPS possui déficit atuarial?	<ul style="list-style-type: none">• O Laudo Atuarial do exercício de 2024, elaborado por atuário legalmente habilitado, deve demonstrar que o valor presente das obrigações previdenciárias (VPO) é superior ao valor presente dos ativos (VPA) do RPPS.• O déficit atuarial (VPO - VPA) deve ser expresso em valor monetário no relatório.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18794 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q01. Déficit Atuarial	IV01. Déficit Atuarial	18796	De acordo com o cálculo atuarial relativo ao exercício de 2024, o Fundo Previdenciário do RPPS possui déficit atuarial?	<ul style="list-style-type: none">• O Laudo Atuarial do exercício de 2024 deve demonstrar que o valor presente dos ativos do Fundo Previdenciário (VPA) é inferior ao valor presente das obrigações previdenciárias (VPO) que são suportadas por esse fundo.• O déficit deve ser expresso em valor monetário, considerando exclusivamente a situação do Fundo Previdenciário.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18794 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q01. Déficit Atuarial	IV01. Déficit Atuarial	18797	O RPPS possui segregação de massas?	<ul style="list-style-type: none">• O RPPS deve ter implementado a segregação de massas, conforme disposto na legislação previdenciária.• A segregação de massas deve estar formalizada em ato normativo interno (ex: regimento interno, manual de normas) que defina claramente a separação das funções de concessão, manutenção e pagamento de benefícios, bem como as funções de gestão de investimentos e contábeis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q01. Déficit Atuarial	IV01. Déficit Atuarial	18798	De acordo com o cálculo atuarial relativo ao exercício de 2024, o RPPS possui déficit atuarial?	<ul style="list-style-type: none">• O Laudo Atuarial do exercício de 2024, elaborado por atuário legalmente habilitado, deve demonstrar que o valor presente das obrigações previdenciárias (VPO) é superior ao valor presente dos ativos (VPA) do RPPS.• O déficit atuarial (VPO - VPA) deve ser expresso em valor monetário no relatório.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18797 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Déficit Atuarial	IV01. Déficit Atuarial	18799	De acordo com o cálculo atuarial relativo ao exercício de 2024, o Fundo Previdenciário do RPPS possui déficit atuarial?	<ul style="list-style-type: none">• O Laudo Atuarial do exercício de 2024 deve demonstrar que o valor presente dos ativos do Fundo Previdenciário (VPA) é inferior ao valor presente das obrigações previdenciárias (VPO) que são suportadas por esse fundo.• O déficit deve ser expresso em valor monetário, considerando exclusivamente a situação do Fundo Previdenciário.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18797 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18800	Para instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), o Município constituiu formalmente grupo de trabalho que tenha contado com a participação de representantes dos servidores e dos responsáveis pela gestão de pessoas e pelo planejamento da Prefeitura?	<ul style="list-style-type: none">• Deve haver ato formal (portaria ou decreto) instituindo o grupo de trabalho.• A composição do grupo deve incluir, obrigatoriamente, representantes dos servidores (ex: sindicato) e representantes das áreas de gestão de pessoas (ex: Secretaria de Administração) e planejamento (ex: Secretaria de Planejamento e Finanças).• Devem existir atas ou relatórios que comprovem a efetiva participação desses representantes nas reuniões de trabalho.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18801	Houve a aprovação e a publicação de lei municipal que instituiu o RPC no Município?	<ul style="list-style-type: none">• Deve existir Lei Municipal, aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Prefeito, publicada no Diário Oficial do Município, criando o Regime de Previdência Complementar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18802	Anexe a lei municipal que institui o Regime de Previdência Complementar no ente.	-	ANEXO	NÃO	(18801 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18803	Referida lei foi encaminhada via sistema GESCON - RPPS, conforme estabelecido na Portaria MTP 1.467/22, Art. 241, VII, alínea "a"?	<ul style="list-style-type: none">• Deve existir comprovação do envio da lei instituidora do RPC por meio do sistema GESCON-RPPS, como um protocolo ou comprovante de transmissão eletrônica.• O envio deve ter ocorrido dentro do prazo regulamentar estabelecido pela Portaria MTP nº 1.467/2022.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18801 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV02. Instituição do Regime de Prev. Complementar (RPC)	18804	Anexe o comprovante que demonstre o envio, via GESCON-RPPS, da lei de municipal que instituiu o RPC	-	ANEXO	NÃO	(18803 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18805	O Município implementou ou deu início ao processo de implementação do RPC, por meio de alguma das seguintes possibilidades: (i) adesão a plano de benefícios multipatrocinado em funcionamento em EFPC já existente; (ii) criação de plano de benefícios em funcionamento em EFPC já existente; ou (iii) criação de nova EFPC?	<ul style="list-style-type: none">• Deve haver documentação formal que comprove a opção escolhida pelo Município, como:<ul style="list-style-type: none">- (i) Contrato de adesão a plano multipatrocinado; ou- (ii) Contrato de instituição de plano de benefícios em EFPC existente; ou- (iii) Ata de constituição e estatuto da nova Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18801 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18806	O Município optou por qual forma de implementação do RPC?	<ul style="list-style-type: none"> O Município deve declarar formalmente, por meio de documento (ata, ofício, lei), qual das três formas de implementação foi adotada: (i), (ii) ou (iii). 	<p>a) Criação de nova Entidade Fechada de Previdência Complementar. / b) Criação de novo Plano de Benefícios em Entidade Fechada de Previdência Complementar já existente. / c) Adesão de Plano de Benefícios em funcionamento em Entidade Fechada de Previdência Complementar já existente</p>	NÃO	(18805 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18807	Houve a elaboração de estudo de viabilidade que comprovou a adesão de, no mínimo, dez mil participantes ao RPC ou equilíbrio técnico entre receitas e despesas administrativas da EFPC?	<ul style="list-style-type: none"> Deve existir estudo de viabilidade técnica e econômica, assinado por profissional ou empresa especializada, que demonstre, por meio de projeções e cenários, a adesão mínima de 10.000 participantes ou que as receitas administrativas do plano/EFPC serão suficientes para cobrir suas despesas, garantindo o equilíbrio técnico. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18806 == "a) Criação de nova Entidade Fechada de Previdência Complementar.")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18808	Anexe o estudo de viabilidade que comprovou a possibilidade de adesão de mais de dez mil participantes; ou do estudo de viabilidade que comprovou a viabilidade financeira da entidade.	-	ANEXO	NÃO	(18807 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18809	Houve (i) a elaboração de estudo de viabilidade que tenha comprovado a adesão de quantidade participantes que assegure o equilíbrio técnico entre receitas e despesas administrativas do plano; e, para a contratação da EFPC, a instauração de (ii) processo de seleção público, com instrução processual diligente e observância dos princípios da impessoalidade e publicidade?	<ul style="list-style-type: none"> (i) Deve existir estudo de viabilidade que comprove que o número de participantes garante o equilíbrio entre receitas e despesas administrativas. (ii) Deve haver processo licitatório, devidamente instruído com edital, atas de julgamento e publicação, que observe os princípios da impessoalidade e publicidade para a seleção da EFPC. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18806 == "b) Criação de novo Plano de Benefícios em Entidade Fechada de Previdência Complementar já existente.")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18810	Anexe a cópia do estudo de viabilidade que comprovou a viabilidade financeira do plano e dos autos do processo de seleção pública para a contratação da EFPC.	-	ANEXO	NÃO	(18809 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18811	Houve a elaboração de processo de seleção pública, com instrução processual diligente e observância dos princípios da impessoalidade e publicidade, para a contratação da EFPC?	<ul style="list-style-type: none">• Deve existir processo administrativo formal de seleção para contratação dos serviços da EFPC, com edital publicado, propostas recebidas, ata de julgamento e homologação, assegurando tratamento isonômico a todos os participantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18806 == "c") Adesão de Plano de Benefícios em funcionamento em Entidade Fechada de Previdência Complementar já existente")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18812	Anexe os autos do processo de seleção pública para a contratação da EFPC.	-	ANEXO	NÃO	(18811 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18813	O ente federativo adota medidas para a conscientização e a devida inclusão dos novos servidores no RPC, disponibilizando de forma permanente e tempestiva informações sobre sua proteção previdenciária?	<ul style="list-style-type: none">• O ente deve possuir um programa ou conjunto de ações formais de divulgação (ex: cartilhas, palestras na posse, portal eletrônico) direcionado aos novos servidores.• As informações devem ser claras, acessíveis e fornecidas no momento do ingresso no serviço público, explicando os regimes de previdência (RPPS e RPC) aos quais estão vinculados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18805 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV03. Implementação do RPC	18814	Anexe o documento que demonstra que o ente federativo adota medidas para a conscientização e a devida inclusão dos novos servidores no RPC, disponibilizando de forma permanente e tempestiva informações sobre sua proteção previdenciária.	-	ANEXO	NÃO	(18813 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18815	O Município firmou Convênio de Adesão com EFPC para que a entidade faça a gestão do plano de benefícios de seus servidores?	<ul style="list-style-type: none">• Deve existir Convênio de Adesão ou Contrato formal, devidamente assinado entre o Município e a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), estabelecendo as condições para a gestão do plano de benefícios.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18805 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18816	Anexe o Convênio de Adesão firmado entre o Município e a EFPC para a gestão plano de benefícios do RPPS.	-	ANEXO	NÃO	(18815 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18817	O Convênio de Adesão firmado com a EFPC para gestão do plano de benefício foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)?	<ul style="list-style-type: none">• Deve existir documento emitido pela PREVIC (ofício, portaria) atestando a aprovação do Convênio de Adesão ou do plano de benefícios, conforme a competência do órgão regulador.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18815 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18818	Anexe a publicação da aprovação pela PREVIC do Convênio de Adesão firmado entre o Município e a EFPC.	-	ANEXO	NÃO	(18817 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18819	Houve adesão ao RPC de servidores no ano de referência, que já possuíam remuneração de cargo efetivo superior ao limite máximo de benefícios do RGPS após a publicação da lei de instituição do regime de previdência complementar?	<ul style="list-style-type: none">• Deve haver registro no sistema de gestão do RPC ou em formulários de opção que comprovem a adesão formal de servidores que, à época da opção, já tinham remuneração acima do Teto do RGPS.• A adesão deve ter ocorrido após a vigência da lei que instituiu o RPC.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18801 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18820	Houve contratação/ingresso de servidor no ano de referência, cuja remuneração do cargo efetivo seja superior ao limite máximo de benefícios do RGPS após a publicação da lei de instituição do regime de previdência complementar?	<ul style="list-style-type: none">• Deve haver registro de pelo menos um novo servidor admitido no ano de referência cuja remuneração inicial do cargo efetivo seja superior ao Teto do RGPS vigente na data da admissão.• A lei do RPC deve estar em vigor antes da admissão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(18801 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18821	Tal ingresso foi declarado em campo próprio do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR?	<ul style="list-style-type: none">• O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) do período correspondente ao ingresso deve conter o registro do(s) novo(s) servidor(es) no campo específico destinado a essa finalidade.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18820 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV04. Convênio de adesão com a entidade gestora	18822	Os novos servidores que ingressaram após a instituição do RPC, cuja remuneração do cargo efetivo seja superior ao limite máximo de benefícios do RGPS, foram automaticamente incluídos no regime complementar?	<ul style="list-style-type: none">• A lei instituidora do RPC deve prever a filiação automática e obrigatória dos novos servidores que preenchem o critério de remuneração.• Deve haver evidência de que a inclusão ocorreu de forma automática, sem necessidade de manifestação expressa do servidor, para todos os casos enquadrados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18820 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18823	O Município possui Comitê de Assessoramento da Previdência Complementar (CAPC), instituído em caráter permanente, por meio de ato normativo local?	<ul style="list-style-type: none">• Deve existir ato normativo, que institua formalmente o CAPC, definindo sua natureza permanente, composição e atribuições.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18819 == "SIM") OU (18822 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18824	Anexe o instrumento normativo que promoveu a constituição formal do CAPC.	-	ANEXO	NÃO	(18823 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18825	O CAPC realiza o acompanhamento do desempenho do RPC?	<ul style="list-style-type: none"> • Devem existir atas de reuniões, relatórios ou pareceres do CAPC que demonstrem a análise periódica de indicadores de desempenho do RPC, como adesão, rentabilidade dos investimentos e situação atuarial. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18823 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18826	O CAPC é composto de membros designados pelo Município e por servidores públicos participantes do RPC?	<ul style="list-style-type: none"> • O ato de instituição ou regimento do CAPC deve prever a composição paritária ou com representação de ambas as partes, incluindo membros designados pela administração municipal e membros representantes dos servidores participantes do RPC. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18823 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18827	Os membros do CAPC possuem formação superior completa e atendem aos requisitos técnicos mínimos e experiência profissional definidos em regulamento pelo ente federativo?	<ul style="list-style-type: none"> • O ato regulamentador do CAPC deve definir os requisitos técnicos mínimos (formação e experiência) para seus membros. • Os currículos dos membros titulares devem comprovar a formação superior e a atendimento a esses requisitos. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18823 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18828	Anexe o documento que comprova a formação superior completa dos membros do CAPC e o atendimento aos requisitos técnicos mínimos e experiência profissional definidos em regulamento pelo ente federativo	-	ANEXO	NÃO	(18827 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18829	O CAPC acompanha a adesão dos novos servidores ao RPC?	<ul style="list-style-type: none"> • Devem existir registros (atas, relatórios) que demonstrem que o CAPC monitora os índices de adesão e a correta inclusão dos novos servidores obrigatórios no RPC. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18823 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q02. Regime de Previdência Complementar	IV05. Comitê de Assessoramento da Prev. Comp. (CAPC)	18830	Anexe o documento que demonstra o acompanhamento da adesão dos novos servidores ao RPC por parte do CAPC.	-	ANEXO	NÃO	(18829 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18831	Qual tipo de alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos efetivos é adotada pelo Município?	efetivos é adotada pelo Município? • O Município deve informar qual o sistema adotado: alíquota única ou alíquotas progressivas, com base na legislação local (Lei do RPPS).	a) Alíquota fixa. / b) Alíquota progressiva.	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18832	A alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos é igual ou superior a 14%?	• A lei municipal que disciplina o RPPS deve estabelecer alíquota de contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos de, no mínimo, 14% (catorze por cento), nos termos do § 2º do art. 40 da CF/88.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18831 == "a") Alíquota fixa."	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18833	A possibilidade de instituição de alíquotas progressivas está prevista (referendada) na legislação do Município?	• A Lei Orgânica do Município ou a Lei do RPPS deve prever expressamente a possibilidade de instituição de alíquotas de contribuição progressivas em função da remuneração.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18831 == "b") Alíquota progressiva."	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18834	O Município elaborou estudos atuariais que demonstraram que a instituição de alíquotas progressivas contribuiria para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS?	• Deve existir estudo técnico-atuarial, assinado por atuário habilitado, que demonstre, por meio de projeções, o impacto positivo da adoção de alíquotas progressivas na sustentabilidade de longo prazo do RPPS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18831 == "b") Alíquota progressiva."	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18835	As alíquotas progressivas de contribuição correspondem, no mínimo, àquelas previstas no §1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019 (7,5% a 22%, conforme a remuneração)?	• A tabela de alíquotas progressivas instituída pelo Município deve ser, no mínimo, equivalente àquela estabelecida na EC 103/2019, partindo de 7,5% para as faixas inferiores de remuneração e atingindo 22% para as faixas superiores.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18831 == "b") Alíquota progressiva."	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18836	O Município prevê em lei como responsabilidade do RPPS exclusivamente o pagamento de benefícios de caráter permanente (aposentadorias e pensões)?	• A Lei do RPPS deve definir expressamente que sua competência se restringe ao pagamento de aposentadorias e pensões, excluindo expressamente quaisquer outros benefícios, como auxílios (natalidade, funeral etc.) ou reformas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18837	Anexe a lei municipal que prevê como responsabilidade do RPPS exclusivamente o pagamento de benefícios de caráter permanente (aposentadorias e pensões).	-	ANEXO	NÃO	(18836 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18838	O Município prevê em sua lei orgânica, para aposentadorias de homens e mulheres concedidas pelas regras gerais, idade mínima de 65 e de 62 anos, respectivamente?	• A Lei Orgânica do Município ou a Lei do RPPS deve estabelecer, para a aposentadoria voluntária nas regras gerais, a idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos para homens e 62 (sessenta e dois) anos para mulheres.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18839	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadorias de homens e mulheres concedidas pelas regras gerais, idade mínima de 65 e de 62 anos, respectivamente.	-	ANEXO	NÃO	(18838 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18840	O Município prevê em lei, para aposentadorias concedidas pelas regras gerais, (i) tempo mínimo de contribuição de 25 anos ou mais; (ii) tempo mínimo de serviço público de 10 anos ou mais; e (iii) tempo mínimo de permanência no cargo de aposentadoria de 5 anos ou mais?	• A legislação local (Lei Orgânica ou Lei do RPPS) deve estabelecer, cumulativamente: (i) Tempo de contribuição mínimo de 25 anos; (ii) Tempo de serviço público ao ente de, no mínimo, 10 anos; (iii) Tempo de exercício no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria de, no mínimo, 5 anos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18841	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadorias concedidas pelas regras gerais, (i) tempo mínimo de contribuição de 25 anos ou mais; (ii) tempo mínimo de serviço público de 10 anos ou mais; e (iii) tempo mínimo de permanência no cargo de aposentadoria de 5 anos ou mais.	-	ANEXO	NÃO	(18840 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18842	O Município prevê em lei, para aposentadoria de professores e professoras, (i) idade mínima de 60 e de 57 anos para aposentadoria, respectivamente, e (ii) tempo mínimo de contribuição de 25 anos em exercício de funções de magistério?	• A legislação local (Lei Orgânica ou Lei do RPPS) deve estabelecer, para os professores da educação básica: (i) Idade mínima de 60 (sessenta) anos para homens e 57 (cinquenta e sete) anos para mulheres; (ii) Tempo de contribuição de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos, com efetivo exercício em funções de magistério.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18843	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadoria de professores e professoras, (i) idade mínima de 60 e de 57 anos para aposentadoria, respectivamente, e (ii) tempo mínimo de contribuição de 25 anos em exercício de funções de magistério.	-	ANEXO	NÃO	(18842 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18844	O Município prevê em lei, para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, (i) idade mínima de 60 anos para aposentadoria, e (ii) tempo mínimo de contribuição e efetiva exposição de 25 anos?	• A legislação local (Lei Orgânica ou Lei do RPPS) deve estabelecer, para aposentadoria especial: (i) Idade mínima de 60 (sessenta) anos; (ii) Tempo de contribuição e de efetiva exposição aos agentes nocivos de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18845	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, (i) idade mínima de 60 anos para aposentadoria, e (ii) tempo mínimo de contribuição e efetiva exposição de 25 anos.	-	ANEXO	NÃO	(18844 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18846	O Município prevê em lei, para aposentadoria de servidores com deficiência, (i) idade mínima, e (ii) tempo mínimo de contribuição diferenciados?	• A legislação local (Lei Orgânica ou Lei do RPPS) deve estabelecer regras específicas e diferenciadas para servidores com deficiência, definindo idade mínima e tempo de contribuição reduzidos em relação às regras gerais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q03. Legislação Previdenciária	IV06. Adequação de legislação Previdenciária	18847	Anexe a lei municipal que prevê para aposentadoria de servidores com deficiência, (i) idade mínima, e (ii) tempo mínimo de contribuição diferenciados.	-	ANEXO	NÃO	(18846 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18848	O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) possui Regimento Interno?	• Deve existir Regimento Interno do Conselho Fiscal, aprovado pelos próprios conselheiros ou pelo ente competente, definindo seu funcionamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18849	Anexe o Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente).	-	ANEXO	NÃO	(18848 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18850	O Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) estabelece as competências do conselho e de seus membros?	• O Regimento Interno deve conter capítulo ou seção que defina de maneira clara e detalhada as competências atribuídas ao colegiado e as responsabilidades individuais de seus membros.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18848 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18851	O Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) estabelece a duração do mandato Presidente e do Vice-Presidente do conselho?	• O Regimento Interno deve estabelecer expressamente o prazo de duração do mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Fiscal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18848 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18852	O Regimento Interno do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) estabelece regras relativas à organização e ao funcionamento do órgão, como a periodicidade de reuniões e quórum mínimo?	• O Regimento Interno deve definir a periodicidade mínima das reuniões (ex: mensal, bimestral), o quórum mínimo para deliberação e outras regras de funcionamento, como convocação e pauta.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18848 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18853	O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) possui composição paritária definida em lei? (deve possuir o mesmo quantitativo de representantes dos segurados e do ente federativo)	• A lei que institui o Conselho Fiscal deve prever composição paritária, com igual número de representantes indicados pelo ente federativo e representantes eleitos pelos segurados (servidores ativos, inativos e pensionistas).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18854	O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) contêm a maioria dos membros com formação de nível superior?	• A maioria simples (mais da metade) dos membros titulares do conselho deve possuir diploma de curso de nível superior reconhecido pelo MEC.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18855	A presidência do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) é exercida por um dos representantes dos segurados com voto de qualidade? (Desempatar votações em caso de empate)	• O Regimento Interno ou a lei deve estabelecer que a Presidência do Conselho Fiscal será exercida por um dos representantes dos segurados e que este terá voto de qualidade para desempate nas deliberações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18856	O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) divulga no site do RPPS ou do Ente Federativo o calendário anual de reuniões?	• O calendário anual de reuniões do Conselho Fiscal deve estar publicado e facilmente acessível no site oficial do RPPS ou da Prefeitura.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18857	Informe o link de acesso (URL) ao calendário de reuniões do Conselho Fiscal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18856 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18858	As atas das reuniões do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) são publicadas no site do RPPS ou do Ente Federativo?	• As atas das reuniões, uma vez aprovadas pelos conselheiros, devem ser publicadas integralmente no site oficial do RPPS ou da Prefeitura em prazo razoável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18859	Informe o link de acesso (URL) às atas das reuniões do Conselho Fiscal (ou conselho equivalente).	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18858 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18860	O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) elabora parecer ao relatório de prestação de contas anual do RPPS? (o parecer que o aprovar deve conter, obrigatoriamente, as áreas analisadas, os itens ressalvados e as recomendações de melhoria, se houver)	<ul style="list-style-type: none">• Deve existir parecer formal do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas anual do RPPS.• O parecer deve ser conclusivo, mencionar as áreas fiscalizadas, apontar ressalvas (se houver) e conter recomendações de melhoria dos controles e da gestão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18861	Anexe o parecer que opina sobre a prestação de contas do RPPS.	-	ANEXO	NÃO	(18860 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18862	O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) opina conclusivamente sobre a regularidade dos repasses das contribuições ordinárias (patronal e dos servidores)?	<ul style="list-style-type: none">• Devem existir pareceres ou manifestações formais do Conselho Fiscal, emitidos periodicamente, atestando (ou não) a regularidade e tempestividade dos repasses das contribuições patronais e dos servidores ao RPPS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18863	Anexe o parecer ou relatório conclusivo do Conselho Fiscal sobre a regularidade dos repasses das contribuições ordinárias (patronal e dos servidores).	-	ANEXO	NÃO	(18862 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18864	O Conselho Fiscal (ou conselho equivalente) opina conclusivamente sobre a regularidade dos aportes para cobertura do déficit atuarial?	<ul style="list-style-type: none">• Devem existir pareceres ou manifestações formais do Conselho Fiscal atestando (ou não) que os aportes para amortização do déficit atuarial estão sendo realizados conforme previsto no Plano de Amortização aprovado em lei.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18865	Anexe o parecer ou relatório conclusivo do Conselho Fiscal sobre a regularidade dos aportes para cobertura do déficit atuarial.	-	ANEXO	NÃO	(18864 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18866	A maioria dos membros titulares do Conselho Fiscal possui certificação profissional pelo ministério, obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de suas funções?	<ul style="list-style-type: none">• A maioria simples dos membros titulares deve possuir certificado válido emitido por entidade certificadora credenciada, atestando a capacitação técnica para o exercício da função de conselheiro fiscal de RPPS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Órgãos de governança	IV07. Conselho fiscal do RPPS	18867	Anexe o documento que comprova a certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora reconhecida.	-	ANEXO	NÃO	(18866 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18868	O Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) possui Regimento Interno?	• Deve existir Regimento Interno do Conselho Deliberativo, aprovado pelos próprios conselheiros ou pelo ente competente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18869	Anexe o Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente).	-	ANEXO	NÃO	(18868 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18870	O Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) estabelece as competências do conselho e de seus membros?	• O Regimento Interno deve definir de maneira clara e detalhada as competências do colegiado e as atribuições individuais de seus membros.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18868 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18871	O Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) estabelece a duração do mandato do Presidente e do Vice-Presidente do conselho?	• O Regimento Interno deve estabelecer expressamente o prazo de duração do mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Deliberativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18868 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18872	O Regimento Interno do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) estabelece regras relativas à organização e ao funcionamento do órgão, como a periodicidade de reuniões e quórum mínimo?	• O Regimento Interno deve definir a periodicidade mínima das reuniões, o quórum para instalação e deliberação, e demais normas de funcionamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18868 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18873	O Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) possui composição paritária definida em lei? (deve possuir o mesmo quantitativo de representantes dos segurados e do ente federativo)	• A lei que institui o Conselho Deliberativo deve prever composição paritária, com igual número de representantes do ente federativo e representantes dos segurados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18874	O Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) contém a maioria dos membros com formação de nível superior ?	• A maioria simples (mais da metade) dos membros titulares do conselho deve possuir diploma de curso de nível superior reconhecido pelo MEC.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18875	A presidência do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) é exercida por um dos representantes do ente federativo com voto de qualidade? (Desempatar votações em caso de empate)	• O Regimento Interno ou a lei deve estabelecer que a Presidência do Conselho Deliberativo será exercida por um dos representantes do ente federativo e que este terá voto de qualidade para desempate.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18876	O Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) divulga no site do RPPS ou do Ente Federativo o calendário anual de reuniões?	• O calendário anual de reuniões do Conselho Deliberativo deve estar publicado e facilmente acessível no site oficial do RPPS ou da Prefeitura.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18877	Informe o link de acesso (URL) ao calendário de reuniões do Conselho Deliberativo.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18876 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18878	As atas das reuniões do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente) são publicadas no site do RPPS ou do Ente Federativo?	• As atas das reuniões, uma vez aprovadas pelos conselheiros, devem ser publicadas integralmente no site oficial do RPPS ou da Prefeitura.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18879	Informe o link de acesso (URL) às atas das reuniões do Conselho Deliberativo (ou conselho equivalente).	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18878 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18880	A maioria dos membros titulares do Conselho deliberativo possui certificação profissional pelo ministério, obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de suas funções?	• A maioria simples dos membros titulares deve possuir certificado válido emitido por entidade certificadora credenciada, atestando a capacitação técnica para o exercício da função de conselheiro deliberativo de RPPS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Órgãos de governança	IV08. Conselho deliberativo do RPPS	18881	Anexe o documento que comprova a certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora reconhecida.	-	ANEXO	NÃO	(18880 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18882	O Comitê de Investimentos possui Regimento Interno?	• Deve existir Regimento Interno do Comitê de Investimentos, aprovado pelo Conselho Deliberativo ou pelo ente competente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18883	Anexe o Regimento Interno do Comitê de Investimentos (ou comitê equivalente).	-	ANEXO	NÃO	(18882 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18884	O Regimento Interno do Comitê de Investimentos estabelece as competências do comitê e de seus membros?	• O Regimento Interno deve definir de maneira clara e detalhada as competências do Comitê de Investimentos e as atribuições individuais de seus membros.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18882 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18885	O Regimento Interno do Comitê de Investimentos estabelece a duração do mandato do Presidente do comitê?	• O Regimento Interno deve estabelecer expressamente o prazo de duração do mandato do Presidente do Comitê de Investimentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18882 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18886	O Regimento Interno do Comitê de Investimentos estabelece regras relativas à organização e ao funcionamento do comitê, como a periodicidade de reuniões e quórum mínimo?	• O Regimento Interno deve definir a periodicidade mínima das reuniões, o quórum para instalação e deliberação, e demais normas de funcionamento do comitê.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18882 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18887	Os membros do Comitê de Investimentos são todos servidores ativos (efetivos), inativos ou pensionistas do Município ou do próprio RPPS?	• Todos os membros titulares e suplentes do Comitê de Investimentos devem ser, obrigatoriamente, servidores ativos (efetivos), aposentados ou pensionistas do Município ou do próprio RPPS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18888	O Comitê de Investimentos divulga no site do RPPS ou do Ente Federativo o calendário anual de reuniões?	<ul style="list-style-type: none">O calendário anual de reuniões do Comitê de Investimentos deve estar publicado e facilmente acessível no site oficial do RPPS ou da Prefeitura.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18889	Informe o link de acesso (URL) ao calendário de reuniões do Comitê de Investimentos.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18888 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18890	As atas das reuniões do Comitê de Investimentos são publicadas no site do RPPS ou do Ente Federativo?	<ul style="list-style-type: none">As atas das reuniões do comitê, uma vez aprovadas, devem ser publicadas integralmente no site oficial do RPPS ou da Prefeitura.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18891	Informe o link de acesso (URL) às atas das reuniões do Comitê de Investimentos (ou comitê equivalente).	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18890 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18892	O RPPS contém um processo destinado à certificação do responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS e dos membros titulares do comitê de investimentos para garantir a certificação previamente ao exercício de suas funções?	<ul style="list-style-type: none">Deve existir norma interna (instrução normativa, portaria) que estabeleça a obrigatoriedade de certificação técnica prévia para o responsável pela gestão das aplicações e para os membros do Comitê de Investimentos antes da posse.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18893	Anexe o documento que demonstre que a certificação do responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS e dos membros titulares do comitê de investimentos deve ser obtida previamente ao exercício dessas funções.	-	ANEXO	NÃO	(18892 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18894	O atual responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS e os membros titulares do comitê de investimentos possuem certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de suas funções?	<ul style="list-style-type: none">O responsável pela gestão das aplicações e todos os membros titulares do Comitê de Investimentos devem possuir certificados válidos, emitidos por entidade certificadora credenciada, que comprovem sua qualificação técnica para as funções.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18895	Anexe o documento que comprova a certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora reconhecida.	-	ANEXO	NÃO	(18894 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18896	O RPPS apresenta adequada motivação no processo decisório de alocação de recursos, contendo análise criteriosa das características, aderência do regulamento e carteira dos fundos de investimentos à legislação aplicável e adequação aos objetivos do RPPS antes de realizar suas aplicações de recursos?	<ul style="list-style-type: none"> • Devem existir relatórios técnicos, atas de reuniões ou termos de análise que documentem a análise prévia e fundamentada de cada aplicação, considerando: - Características e riscos do fundo; - Conformidade com a Política de Investimentos e a legislação; - Aderência aos objetivos de rentabilidade e liquidez do RPPS. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q04. Órgãos de governança	IV09. Comitê de investimentos do RPPS	18897	Anexe o documento que demonstra a análise realizada antes da efetivação dos investimentos pelo RPPS.	-	ANEXO	NÃO	(18896 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV10. Relatórios de governança corporativa	18898	O RPPS elabora e publica em seu site ou do Ente Federativo, pelo menos uma vez por ano, Relatório de Governança Corporativa? (o relatório deve conter informações dos servidores ativos, inativos e pensionistas, de receitas e despesas e da gestão dos investimentos do RPPS)	<ul style="list-style-type: none"> • Deve ser publicado anualmente, no site do RPPS ou da Prefeitura, um Relatório de Governança que contenha, no mínimo, informações consolidadas sobre: - Quantitativos de servidores ativos, inativos e pensionistas; - Demonstrativos de receitas e despesas; - Detalhamento da gestão e performance dos investimentos. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV10. Relatórios de governança corporativa	18899	Informe o link de acesso (URL) à publicação dos Relatórios de Governança Corporativa.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18898 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV10. Relatórios de governança corporativa	18900	O Relatório de Governança Corporativa anual apresenta informações a respeito da gestão de investimentos do RPPS, como descrição dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos?	<ul style="list-style-type: none"> • O relatório deve conter um capítulo ou anexo específico sobre investimentos, com: - Descrição da composição da carteira por tipo de ativo; - Listagem dos investimentos realizados; - Demonstrativo do fluxo de caixa das aplicações (entradas e saídas). 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18898 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV10. Relatórios de governança corporativa	18901	O Relatório de Governança Corporativa anual apresenta informações a respeito da situação atuarial do RPPS, como o custo previdenciário total; a evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício; a evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio?	<ul style="list-style-type: none"> • O relatório deve conter um capítulo ou anexo específico sobre a situação atuarial, com: - Custo previdenciário total; - Evolução dos gastos com aposentadorias, pensões etc.; - Análise da evolução do resultado financeiro e atuarial; - Situação do Plano de Custeio. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18898 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e processos de trabalho	IV10. Relatórios de governança corporativa	18902	O Relatório de Governança Corporativa anual apresenta informações de receitas e despesas do RPPS; o resumo das folhas de pagamentos e demais despesas; valor da arrecadação de contribuições e outras receitas?	<ul style="list-style-type: none"> O relatório deve conter demonstrativos contábeis ou financeiros consolidados, detalhando: <ul style="list-style-type: none"> - Receitas (contribuições patronais, dos servidores, outras); - Despesas com benefícios (discriminando aposentadorias e pensões) e despesas administrativas. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18898 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV10. Relatórios de governança corporativa	18903	O Relatório de Governança Corporativa anual contempla informações gerais sobre os servidores públicos ativos e inativos do RPPS, como o quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas?	<ul style="list-style-type: none"> O relatório deve apresentar dados estatísticos, como: <ul style="list-style-type: none"> - Número de servidores ativos; - Número de aposentados; - Número de pensionistas. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18898 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18904	O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria voluntária está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	<ul style="list-style-type: none"> Deve existir um fluxograma formal e atualizado, de fácil acesso aos servidores, que detalhe todas as etapas do processo de concessão, desde o requerimento até a publicação do ato concessório. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18905	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do processo de concessão de aposentadoria voluntária com mapa que permita a visualização do processo (fluxograma)	-	ANEXO	NÃO	(18904 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18906	O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria por incapacidade permanente está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	<ul style="list-style-type: none"> Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe as etapas do processo, incluindo a perícia médica, a análise documental e o trâmite decisório. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18907	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do processo de concessão de aposentadoria por incapacidade permanente com mapa que permita a visualização do processo (fluxograma)	-	ANEXO	NÃO	(18906 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18908	O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria compulsória está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	<ul style="list-style-type: none"> Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe as etapas do processo de concessão de aposentadoria compulsória, desde a verificação dos requisitos legais até a publicação do ato. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18909	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do processo de concessão de aposentadoria compulsória com mapa que permita a visualização do processo (fluxograma)	-	ANEXO	NÃO	(18908 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18910	O processo de trabalho relativo à revisão de aposentadoria solicitada por beneficiário está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe o processo de análise e julgamento dos pedidos de revisão de benefício de aposentadoria.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18911	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do processo de revisão de aposentadoria solicitada por beneficiário com mapa que permita a visualização do processo (fluxograma)	-	ANEXO	NÃO	(18910 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18912	O processo de trabalho relativo à revisão de pensão solicitada por beneficiário está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe o processo de análise e julgamento dos pedidos de revisão de benefício de pensão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18913	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do processo de revisão de pensão solicitada por beneficiário com mapa que permita a visualização do processo (fluxograma)	-	ANEXO	NÃO	(18912 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18914	O processo de trabalho relativo à concessão de pensão por morte está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe todas as etapas, desde o requerimento e análise dos dependentes até a publicação do ato concessório.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18915	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do relativo à concessão de pensão por morte com mapa que permita a visualização do processo (fluxograma)	-	ANEXO	NÃO	(18914 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18916	O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria especial do servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes, está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe as etapas específicas para este tipo de aposentadoria, incluindo a comprovação da exposição e a análise pericial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18917	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do processo de concessão de aposentadoria especial do servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação destes agentes com mapa que permita a visualização do processo (fluxograma)	-	ANEXO	NÃO	(18916 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18918	O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria especial do titular do cargo de professor com ao menos 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe as etapas para concessão da aposentadoria do professor, com ênfase na comprovação do tempo específico em magistério.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18919	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do processo de concessão de aposentadoria especial do titular do cargo de professor com ao menos 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio com mapa que permita a visualização do processo (fluxograma)	-	ANEXO	NÃO	(18918 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18920	O processo de trabalho relativo à concessão de aposentadoria especial do servidor com deficiência está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe as etapas para concessão desta aposentadoria, incluindo a comprovação da deficiência e o enquadramento nos requisitos legais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18921	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do processo de concessão de aposentadoria especial do servidor com deficiência com mapa que permita a visualização do processo (fluxograma)	-	ANEXO	NÃO	(18920 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18922	No processo de gestão de benefícios, há segregação entre as funções de concessão das atividades de revisão?	• A estrutura organizacional e a descrição de cargos devem demonstrar que os servidores responsáveis pela análise e concessão inicial de benefícios são diferentes daqueles que realizam as revisões de benefícios já concedidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18923	No processo de gestão de benefícios, há segregação entre atividades de habilitação e concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento dos benefícios?	• Deve haver uma separação clara de funções entre a equipe que analisa e concede o benefício (aspecto legal) e a equipe que cadastra, processa e executa o pagamento (aspecto operacional-financeiro).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV11. Processos de concessão e revisão de benefícios	18924	Anexe a legislação relativa às competências e/ou atribuições da área de Benefícios Previdenciários	-	ANEXO	NÃO	((18922 == "SIM") OU (18923 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV12. Processos de investimentos	18925	O processo de trabalho relativo à elaboração e aprovação da política de investimentos está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe as etapas de elaboração, discussão (no Comitê de Investimentos), aprovação (pelo Conselho Deliberativo) e publicação da Política de Investimentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV12. Processos de investimentos	18926	Anexe o fluxograma atualizado do processo de trabalho relativo à elaboração e aprovação da Política de Investimentos.	-	ANEXO	NÃO	(18925 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV12. Processos de investimentos	18927	O processo de trabalho relativo ao credenciamento de instituições financeiras ofertantes de produtos financeiros está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe o processo de análise, homologação e credenciamento de instituições financeiras para operar com o RPPS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV12. Processos de investimentos	18928	Anexe o fluxograma atualizado do processo de trabalho relativo ao credenciamento de instituições financeiras.	-	ANEXO	NÃO	(18927 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV12. Processos de investimentos	18929	O processo de trabalho relativo à autorização para aplicação ou resgate (APR) de investimentos está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe o processo interno de solicitação, análise, autorização e envio da APR à instituição financeira.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e processos de trabalho	IV12. Processos de investimentos	18930	Anexe o fluxograma atualizado do processo de trabalho relativo à autorização para aplicação ou resgate (APR) de investimentos.	-	ANEXO	NÃO	(18929 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV12. Processos de investimentos	18931	No processo de gestão de investimentos do RPPS, há segregação entre as atividades de acompanhamento de mercado e tomada de decisão de investimento e as atividades administrativo-financeiras (como orçamento, pagamentos e registros contábeis)	• A estrutura organizacional e a descrição de cargos devem demonstrar que os servidores do Comitê de Investimentos ou da área de gestão de ativos (decisão) são distintos dos servidores da área financeira/contábil (execução e registro).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV12. Processos de investimentos	18932	Anexe o documento que estabelece a segregação de funções no processo de investimentos.	-	ANEXO	NÃO	(18931 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV13. Processos de controle de repasses de recursos	18933	O processo de trabalho relativo ao controle de repasse de contribuições ordinárias (patronal e dos servidores), está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe como o RPPS monitora, confere e controla a regularidade e tempestividade dos repasses das contribuições ordinárias feitos pelo ente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV13. Processos de controle de repasses de recursos	18934	Anexe o fluxograma atualizado do processo de trabalho relativo ao controle de repasse de contribuições ordinárias (patronal e dos servidores).	-	ANEXO	NÃO	(18933 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV13. Processos de controle de repasses de recursos	18935	O processo de trabalho relativo ao controle de repasse de contribuições ordinárias (patronal e dos servidores), inclui a verificação (integral ou por amostragem) do cálculo das contribuições devidas e das recolhidas de cada servidor?	• O fluxograma ou procedimento interno deve prever expressamente a atividade de confrontação (seja integral ou por amostragem) entre os valores calculados como devidos e os valores efetivamente repassados, servidor a servidor.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18933 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV13. Processos de controle de repasses de recursos	18936	O processo de trabalho relativo ao controle de repasse de aportes para cobertura do déficit atuarial está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe como o RPPS monitora e controla a realização dos aportes previstos no Plano de Amortização do Déficit Atuarial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Transparência e processos de trabalho	IV13. Processos de controle de repasses de recursos	18937	Anexe o fluxograma atualizado do processo de trabalho relativo ao controle de repasse de aportes para cobertura do déficit atuarial.	-	ANEXO	NÃO	(18936 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV13. Processos de controle de repasses de recursos	18938	O processo de trabalho referente ao recolhimento das contribuições dos segurados cedidos, afastados e licenciados está mapeado com o auxílio de fluxograma atualizado?	• Deve existir um fluxograma formal e atualizado que detalhe o processo específico para identificação, cálculo, cobrança e recolhimento das contribuições desses segurados em situações especiais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q05. Transparência e processos de trabalho	IV13. Processos de controle de repasses de recursos	18939	Anexe o fluxograma atualizado do processo de trabalho relativo ao controle do recolhimento das contribuições dos segurados cedidos, afastados e licenciados.	-	ANEXO	NÃO	(18938 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV14. Política de investim. e órgãos de governança do RPPS	18940	A Política de Investimentos do RPPS é elaborada ou revisada pelo Comitê de Investimentos?	• A ata da reunião do Comitê de Investimentos ou o próprio texto da Política deve registrar que a sua elaboração/revisão foi realizada sob a coordenação ou com a participação central do Comitê.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV14. Política de investim. e órgãos de governança do RPPS	18941	A Política de Investimentos do RPPS é aprovada pelo Conselho Deliberativo ou órgão equivalente?	• Deve existir ata de reunião do Conselho Deliberativo constando a aprovação da Política de Investimentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV14. Política de investim. e órgãos de governança do RPPS	18942	O RPPS publica em seu site ou do Ente Federativo a Política de Investimentos do RPPS?	• A Política de Investimentos vigente deve estar publicada na íntegra e de forma acessível no site do RPPS ou da Prefeitura.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV14. Política de investim. e órgãos de governança do RPPS	18943	Informe o link de acesso (URL) à publicação das Políticas de Investimentos do RPPS.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18942 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Investimentos	IV14. Política de investim. e órgãos de governança do RPPS	18944	A política de investimentos do RPPS do exercício vigente foi aprovada até 31 de dezembro do exercício anterior?	• A ata de aprovação da Política de Investimentos pelo Conselho Deliberativo deve ter data anterior a 31 de dezembro do ano anterior ao de sua vigência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV14. Política de investim. e órgãos de governança do RPPS	18945	Anexe a ata do conselho deliberativo que aprovou a política.	-	ANEXO	NÃO	(18944 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18946	O RPPS publica em seu site ou do ente federativo, o relatório sobre o resultado mensal dos investimentos? (os relatórios devem conter informações sobre distribuição da carteira; retorno da carteira por ativo; rentabilidade e análise do risco da carteira)	• Devem ser publicados mensalmente, no site do RPPS ou da Prefeitura, relatórios que contenham, no mínimo: - Composição da carteira por classe de ativo; - Rentabilidade dos ativos e da carteira total; - Análise de risco.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18947	Informe o link de acesso (URL) à publicação dos últimos três relatórios mensais de investimentos.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18946 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18948	O RPPS publica em seu site ou do Ente Federativo o Termo de Análise realizado na seleção do fundo de investimento, contendo as informações do fundo de investimentos, documentos analisados, condições de investimentos, riscos associados ao fundo e a aderência à Política de investimentos?	• Para cada fundo selecionado, deve estar publicado um Termo de Análise que documente a avaliação prévia, contendo os itens listados no requisito.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18949	Informe o link de acesso (URL) à publicação dos Termos de Análise.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18948 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18950	O RPPS publica em seu site ou do Ente Federativo, as Autorizações de Aplicação e Resgate (APR)?	• As APR (Autorizações para Aplicação ou Resgate) devem ser publicadas no site do RPPS ou da Prefeitura, resguardadas as informações sensíveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18951	Informe o link de acesso (URL) à publicação das APRs do RPPS.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18950 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18952	O RPPS publica em seu site ou do Ente Federativo, o regulamento do credenciamento de instituições financeiras?	• O regulamento que estabelece as regras para credenciamento de instituições financeiras deve estar publicado no site do RPPS ou da Prefeitura.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18953	Informe o link de acesso (URL) à publicação do regulamento de credenciamento de instituições financeiras junto ao RPPS.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18952 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18954	O RPPS publica em seu site ou do Ente Federativo, a lista de instituições financeiras credenciadas?	• A lista atualizada das instituições financeiras credenciadas para operar com o RPPS deve estar publicada no site.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV15. Transparência da área de investimentos do RPPS	18955	Informe o link de acesso (URL) à publicação da listagem de instituições financeiras credenciadas junto ao RPPS.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18954 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV16. Imóveis em que o RPPS investe	18956	O RPPS possui imóveis como forma de investimento?	• O demonstrativo da carteira de investimentos do RPPS deve conter a existência de imóveis (próprios) como parte dos ativos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV16. Imóveis em que o RPPS investe	18957	O RPPS avalia se os seus investimentos em imóveis continuam viáveis economicamente, pelo menos uma vez por ano?	• Devem existir relatórios anuais de avaliação econômica (estudos de viabilidade, projeções de renda) para os imóveis mantidos na carteira de investimentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18956 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Investimentos	IV16. Imóveis em que o RPPS investe	18958	O RPPS avalia o estado de conservação dos imóveis investidos, pelo menos a cada 02 (dois) anos? (a avaliação deve incluir a elaboração de relatório de monitoramento)	<ul style="list-style-type: none">• Devem existir relatórios de vistoria técnica, elaborados por profissional habilitado, realizados bianualmente, atestando o estado de conservação dos imóveis.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18956 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q06. Investimentos	IV16. Imóveis em que o RPPS investe	18959	Anexe o relatório mais recente de monitoramento do estado de conservação dos imóveis investidos.	-	ANEXO	NÃO	(18957 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18960	O RPPS possui ato normativo vigente que regulamente o recenseamento (recadastramento) dos servidores inativos e pensionistas?	<ul style="list-style-type: none">• Deve existir lei, decreto ou portaria em vigor que discipline a obrigatoriedade, a periodicidade e os procedimentos do recadastramento de aposentados e pensionistas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18961	Anexe a Política de Recenseamento de servidores inativos e pensionistas do RPPS.	-	ANEXO	NÃO	(18960 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18962	O RPPS realiza recenseamento previdenciário, que inclua prova de vida ou SIRC, para atualizar os dados cadastrais de aposentados e pensionistas, pelo menos a cada 02 (dois) anos?	<ul style="list-style-type: none">• Deve haver evidências da realização do recenseamento bienal (ex: edital de convocação, relatórios de realização, comprovantes de prova de vida).• O método deve incluir a prova de vida tradicional ou o uso do Sistema de Identificação do Representante de Ente (SIRC) do INSS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18963	Anexe o instrumento (edital, portaria, sistema SIRC etc.) de convocação para o recenseamento.	-	ANEXO	NÃO	(18962 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18964	A realização do último censo previdenciário atingiu o percentual mínimo de participação de 80% para aposentados e pensionistas via Prova de Vida ou SIRC?	<ul style="list-style-type: none">• Relatório estatístico do último recenseamento deve demonstrar que, pelo menos, 80% do universo de aposentados e pensionistas realizaram a prova de vida ou foram validados via SIRC.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18965	Anexe o Relatório final do censo detalhando os percentuais alcançados por modalidade e grupo de segurados/beneficiários.	-	ANEXO	NÃO	(18964 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18966	O ente federativo possui ato normativo vigente que regulamente o recenseamento (recadastramento) dos servidores ativos?	• Deve existir lei, decreto ou portaria em vigor que discipline a obrigatoriedade, a periodicidade e os procedimentos do recadastramento dos servidores ativos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18967	Anexe a Política de Recenseamento de servidores ativos.	-	ANEXO	NÃO	(18966 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18968	O ente federativo ou o RPPS realiza recenseamento previdenciário para atualizar os dados cadastrais de servidores ativos, pelo menos a cada 05 (cinco) anos?	• Deve haver evidências da realização do recenseamento quinzenal dos servidores ativos (ex: cronograma, comunicados, relatório de conclusão).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18969	Anexe o instrumento (edital, portaria etc.) de convocação para o recenseamento.	-	ANEXO	NÃO	(18968 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18970	A realização do último censo previdenciário atingiu o percentual mínimo de participação/comparecimento de 80% para a modalidade presencial ou digital de servidores ativos?	• Relatório estatístico do último recenseamento de ativos deve demonstrar que, pelo menos, 80% do quadro de servidores ativos compareceram e atualizaram seus dados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de administração	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18971	Anexe o Relatório final do censo detalhando os percentuais alcançados por modalidade e grupo de segurados/beneficiários.	-	ANEXO	NÃO	(18970 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de administração	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18972	O RPPS realiza estudo técnico de aderência das hipóteses utilizadas na elaboração das avaliações atuariais do RPPS, pelo menos a cada 04 (quatro) anos?	• Deve existir um "Estudo de Aderência" ou "Teste de Experiência", assinado por atuário, que compare as hipóteses demográficas e financeiras utilizadas no laudo com a experiência real do RPPS, realizado no máximo a cada 4 anos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18973	Anexe os testes de aderência das hipóteses utilizadas na elaboração das avaliações atuariais do RPPS.	-	ANEXO	NÃO	(18972 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18974	As hipóteses (biométricas, demográficas, econômicas e financeiras) utilizadas na avaliação atuarial foram eleitas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável?	• O Laudo Atuarial ou Ata de Reunião deve registrar que a definição das hipóteses foi realizada de forma conjunta e colaborativa entre o atuário e os representantes do ente/gestão do RPPS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18975	Anexe o Relatório de Análise das Hipóteses e Atas de reuniões conjuntas	-	ANEXO	NÃO	(18974 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18976	O RPPS publica em seu site ou do Ente Federativo, os relatórios de avaliação atuarial (laudos atuariais)?	• Todos os laudos atuariais (avaliações completas e de acompanhamento) devem estar publicados na íntegra no site do RPPS ou da Prefeitura.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV17. Elaboração do laudo atuarial	18977	Informe o link de acesso (URL) à publicação dos últimos 03 (três) relatórios de avaliação atuarial.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(18976 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV18. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	18978	Os Planos de Amortização do Déficit Atuarial são aprovados por lei municipal?	• Deve existir Lei Municipal específica para cada Plano de Amortização do Déficit Atuarial em vigor.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV18. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	18979	Anexe a lei municipal que aprovou o Plano de Amortização do Déficit Atuarial.	-	ANEXO	NÃO	(18978 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV18. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	18980	Os Planos de Amortização do Déficit Atuarial estão de acordo com os planos propostos no Relatório de Avaliação Atuarial?	• A lei do Plano de Amortização deve refletir fielmente as recomendações de prazo e valores constantes do Relatório de Avaliação Atuarial que lhe deu origem.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV18. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	18981	Os Planos de Amortização do Déficit Atuarial implementados em Lei respeitam os prazos máximos previstos na legislação (35 anos ou o resultado obtido a partir da aplicação do previsto nos incisos II e III do art. 43 da Portaria MPT nº 1.467, de 2022)?	• O prazo total de amortização estabelecido na lei municipal não pode ser superior a 35 anos ou ao prazo calculado conforme a metodologia da Portaria MPT 1.467/2022, o que for menor.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV18. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	18982	As revisões dos Planos de Amortização do Déficit Atuarial (quando verificada sua necessidade pelo Município) são realizadas mediante aprovação de nova lei municipal?	• Qualquer alteração no plano de amortização vigente, seja de prazo ou de valor, deve ser feita por meio de uma nova lei municipal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV18. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	18983	O RPPS elabora estudo de viabilidade financeira, orçamentária e fiscal do Plano de Custeio do RPPS?	• Deve existir estudo técnico que analise o impacto financeiro, orçamentário e fiscal do Plano de Custeio, demonstrando a sustentabilidade dos repasses.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV18. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	18984	Anexe o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio do RPPS ou equivalente.	-	ANEXO	NÃO	(18983 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV18. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	18985	O estudo de viabilidade financeira, orçamentária e fiscal do Plano de Custeio do RPPS demonstra que o Poder Executivo manterá suas despesas com pessoal abaixo do limite prudencial", durante toda a duração do Plano de Amortização?	• O estudo deve conter projeções que comprovem que a despesa total com pessoal do ente permanecerá dentro do limite prudencial (95% do limite máximo da LRF) por todo o período de amortização do déficit.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV18. Plano de Amortização do Déficit Atuarial	18986	O estudo de viabilidade financeira, orçamentária e fiscal do Plano de Custeio do RPPS demonstra que o Município atende o limite máximo de endividamento* após inclusão do resultado atuarial na dívida?	* O estudo deve demonstrar, por meio de projeções, que a dívida consolidada do Município, somada ao déficit atuarial do RPPS, permanece dentro do limite máximo estabelecido pela LRF.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18987	O RPPS verifica regularmente o repasse das contribuições previdenciárias ordinárias (patronal e dos servidores) devidas pelo Poder Executivo?	* Devem existir relatórios de controle, planilhas ou sistemas que demonstrem a verificação periódica (ex: mensal) da regularidade e tempestividade dos repasses.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18988	A lei do ente federativo prevê o prazo para repasse das contribuições previdenciárias ordinárias (patronal e dos servidores), não ultrapassando o último dia útil do mês subsequente ao da folha de pagamento?	* A Lei do RPPS deve estabelecer expressamente que o repasse das contribuições deve ocorrer até o último dia útil do mês seguinte àquele em que houver sido paga a folha de pagamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18989	Anexe a lei municipal que prevê o prazo para repasse das contribuições previdenciárias ordinárias (patronal e dos servidores).	-	ANEXO	NÃO	(18988 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18990	O RPPS adota medidas para cobrança do principal e acréscimos legais em caso de atraso das contribuições previdenciárias ordinárias (patronal e dos servidores)?	* A Lei do RPPS deve estabelecer expressamente o percentual de juros e multas decorrente do atraso dos repasses ou devem existir notificações formais, processos de cobrança administrativa ou ações judiciais que comprovem a adoção de medidas para cobrar os valores em atraso, incluindo juros e correção monetária.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18991	Anexe o ato normativo que estabelece o procedimento de cobrança referente ao atraso das contribuições previdenciárias ordinárias (patronal e dos servidores)	-	ANEXO	NÃO	(18990 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18992	O RPPS verifica regularmente se o Poder Executivo realiza os aportes para cobertura do déficit atuarial do regime?	* Devem existir relatórios de controle, planilhas ou sistemas que demonstrem a verificação periódica da realização dos aportes conforme o Plano de Amortização.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18993	A lei do ente federativo relativa ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, prevê o prazo para o repasse do aporte, não ultrapassando o último dia útil do mês subsequente ao da folha de pagamento?	<ul style="list-style-type: none">A Lei que institui o Plano de Amortização deve estabelecer expressamente que o repasse do aporte deve ocorrer até o último dia útil do mês seguinte àquele da folha de pagamento.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18994	Anexe a lei municipal que prevê o prazo para repasse dos aportes.	-	ANEXO	NÃO	(18993 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18995	O RPPS adota medidas para cobrança do principal e acréscimos legais em caso de atraso dos aportes previstos no Plano de Amortização do Déficit Atuarial ?	<ul style="list-style-type: none">A Lei do Plano de Amortização deve estabelecer expressamente o percentual de juros e mutas decorrente do atraso dos repasses ou devem existir notificações formais, processos de cobrança administrativa ou ações judiciais que comprovem a adoção de medidas para cobrar os valores em atraso, incluindo juros e correção monetária.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18996	Anexe o ato normativo que estabelece o procedimento de cobrança referente ao atraso dos aportes previstos no Plano de Amortização do Déficit Atuarial	-	ANEXO	NÃO	(18995 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18997	O RPPS verifica se o Poder Executivo paga regularmente as obrigações previdenciárias parceladas com o regime?	<ul style="list-style-type: none">Devem existir relatórios de controle que demonstrem o acompanhamento do pagamento de parcelas de débitos previdenciários (ex: precatórios, parcelamentos administrativos).	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18998	O Poder Executivo aportou bens imóveis ao RPPS a fim de cobrir déficit atuarial do regime?	<ul style="list-style-type: none">Deve existir registro contábil e documental (processo de aporte) da transferência de propriedade de imóveis do patrimônio do ente para o patrimônio do RPPS com essa finalidade.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	((18798 == "SIM") OU (18799 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	18999	Os imóveis aportados para cobrir déficit atuarial têm seus valores determinados em pareceres técnicos de avaliação mercadológica elaborados por corretor de imóveis?	<ul style="list-style-type: none">Deve existir laudo de avaliação mercadológica, assinado por corretor de imóveis devidamente registrado no CRECI, para cada imóvel aportado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18998 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	19000	Anexe os relatórios de bens transferidos ao RPPS no ano e pareceres técnicos de avaliação mercadológica.	-	ANEXO	NÃO	(18999 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	19001	Previamente ao aporte dos imóveis para cobrir déficit atuarial, são elaborados estudos técnicos em que se avaliam a viabilidade econômica dos bens?	• Devem existir estudos de viabilidade econômica que analisem a rentabilidade potencial, custos de manutenção e oportunidade do imóvel como investimento do RPPS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18998 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	19002	Anexe os estudos técnicos de avaliação da viabilidade econômica dos imóveis transferidos	-	ANEXO	NÃO	(19001 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	19003	Os aportes de imóveis para cobrir déficit atuarial são autorizados por leis municipais?	• Cada operação de aporte de imóvel deve ser previamente autorizada por Lei Municipal específica.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(18998 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV19. Repasses de recursos do RPPS	19004	Anexe as leis municipais que autorizaram a transferência dos imóveis para o RPPS.	-	ANEXO	NÃO	(19003 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV20. Compensação Financeira	19005	A Avaliação Atuarial computa os efeitos da compensação financeira entre regimes previdenciários, projetando valores a receber e a pagar?	• O Laudo Atuarial deve conter uma projeção dos fluxos futuros de compensação financeira (valores a receber de outros regimes e a pagar a outros regimes), integrando-os ao cálculo atuarial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV20. Compensação Financeira	19006	O Relatório da Avaliação Atuarial demonstra os critérios e a metodologia utilizados para projetar os valores de compensação financeira?	• O laudo deve explicitar a metodologia, as hipóteses e os critérios (ex: taxa de juros, índice de correção) utilizados para projetar os valores da compensação financeira.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV20. Compensação Financeira	19007	Anexe o Relatório da Avaliação Atuarial que contemple os critérios e a metodologia aplicada referente a compensação financeira.	-	ANEXO	NÃO	((19005 == "SIM") OU (19006 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV20. Compensação Financeira	19008	O RPPS possui procedimento formal (fluxo/processo de trabalho) para a realização da compensação financeira junto aos demais Regimes (RPPS ou RGPS)?	• Deve existir um fluxograma ou norma interna que detalhe as etapas para identificação, cálculo, cobrança e recebimento/ pagamento dos valores devidos em processos de compensação financeira.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV20. Compensação Financeira	19009	Anexe documento formal que descreva o fluxo atual do processo de compensação financeira com mapa que permita a visualização do processo.	-	ANEXO	NÃO	(19008 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV20. Compensação Financeira	19010	O RPPS realiza verificações periódicas na sua base de dados de benefícios para garantir a conformidade das informações usadas nos processos de compensação financeira?	• Devem existir relatórios ou registros de auditoria interna que comprovem a realização de verificações regulares na base de dados para assegurar a qualidade das informações usadas na compensação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV20. Compensação Financeira	19011	Anexe o normativo interno ou manuais de procedimentos que estabeleçam a periodicidade e a metodologia dessas verificações.	-	ANEXO	NÃO	(19010 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV20. Compensação Financeira	19012	O RPPS acompanha o recebimento dos valores de compensação financeira devidos por outros regimes (como o RGPS) para garantir que sejam creditados tempestivamente?	• Devem existir planilhas de controle, relatórios ou sistemas que demonstrem o monitoramento ativo dos créditos junto a outros regimes e a adoção de medidas para cobrar valores em atraso.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q07. Gestão Atuarial e Arrecadação	IV20. Compensação Financeira	19013	Anexe os relatórios de acompanhamento financeiro que registrem os prazos e valores esperados versus recebidos.	-	ANEXO	NÃO	(19012 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Qualificação e Planejamento	IV21. Planejamento Tático-Operacional	19014	O RPPS possui um Plano de Ação Anual por área de Atuação?	<ul style="list-style-type: none"> • Deve existir um documento formal intitulado "Plano de Ação" ou similar, que seja organizado por áreas de atuação (ex: "Benefícios", "Cobrança", "Investimentos"). 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV21. Planejamento Tático-Operacional	19015	Anexe a documentação referente ao Plano de Ação Anual.	-	ANEXO	NÃO	(19014 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV21. Planejamento Tático-Operacional	19016	O Plano de Ação Anual contempla ações, metas, responsabilidades e prazos para melhoria dos processos de gestão?	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano de Ação deve aos menos conter, para cada iniciativa: - A descrição da ação; - A meta a ser alcançada; - O servidor/responsável; - O prazo de execução. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19014 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV21. Planejamento Tático-Operacional	19017	O Plano de Ação Anual foi publicado no site do RPPS ou do ente federativo?	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano de Ação deve estar publicado na íntegra e de forma acessível no site do RPPS ou da Prefeitura. 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19014 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV21. Planejamento Tático-Operacional	19018	Informe o link de acesso (URL) à publicação do Plano de Ação Anual.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(19017 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV21. Planejamento Tático-Operacional	19019	O RPPS realiza monitoramento qualitativo dos resultados do Plano de Ação o e divulga seus principais diretrizes e resultados?	<ul style="list-style-type: none"> • Devem existir relatórios de acompanhamento que avaliem qualitativamente o andamento do plano e um resumo desses resultados deve ser divulgado (ex: no Relatório de Governança). 	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19014 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV21. Planejamento Tático-Operacional	19020	Anexe o Registro de monitoramento ou relatórios de análises qualitativas dos resultados.	-	ANEXO	NÃO	(19019 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q08. Qualificação e Planejamento	IV22. Qualificação e Treinamento	19021	O RPPS possui um Plano de Capacitação formalizado para os servidores e colaboradores da unidade gestora?	• Deve existir um documento formal intitulado "Plano de Capacitação" ou "Plano de Desenvolvimento", aprovado pela gestão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV22. Qualificação e Treinamento	19022	Anexe a documento referente ao Plano de Capacitação.	-	ANEXO	NÃO	(19021 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV22. Qualificação e Treinamento	19023	O Plano de Capacitação prevê ações de treinamento em gestão previdenciária, incluindo legislação, gestão de ativos, atuária e controles internos?	• O Plano de Capacitação deve listar ações específicas de treinamento que cubram, no mínimo, os temas de legislação previdenciária, gestão de investimentos, fundamentos de atuária e controles internos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19021 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV22. Qualificação e Treinamento	19024	O Plano de Ação de Capacitação inclui a preparação dos servidores e dirigentes para a obtenção de certificação individual de qualificação?	• O plano deve prever expressamente ações (cursos, mentorias, simulados) destinadas aos servidores e dirigentes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(19021 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV22. Qualificação e Treinamento	19025	O RPPS demonstra a realização de ações de capacitação para os servidores e membros dos órgãos para o ano de referência?	• Devem existir certificados, listas de presença ou relatórios que comprovem a realização de, no mínimo, uma ação de capacitação no ano de referência para servidores e/ou membros de colegiados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-
Q08. Qualificação e Planejamento	IV22. Qualificação e Treinamento	19026	Anexe os Registros de participação em cursos/treinamentos ou relatórios de execução do plano.	-	ANEXO	NÃO	(19025 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal do regime próprio de previdência social	-